



## Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança

## Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Crédito - SICOOB ALIANÇA, na forma da legislação em vigor.62.010

## 1. Política Operacional

Em 18/06/2017 o SICOOB ALIANÇA completou 13 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

## 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB ALIANÇA obteve um resultado de R\$ 8.800 antes das destinações, representando um retorno anual de 21,14% sobre o patrimônio líquido.

## 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 109.783. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 113.630.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 14.015	12,33 %
Carteira comercial	R\$ 99.615	87,67 %

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 25,88% da carteira, no montante de R\$ 29.411

## 4. Captação

As captações, no total de R\$ 169.705, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 6,64%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 36.311	21,4 %
Depósitos a prazo	R\$ 133.394	78,6 %

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 18,03% da captação, no montante de R\$ 30.594

## 5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB ALIANÇA era de R\$ 42.041. O quadro de cooperados era composto por 8.423 cooperados, havendo um acréscimo de 20,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB ALIANÇA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem a assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, que, por sua vez, é responsável pela Supervisão Auxiliar dos trabalhos de auditoria interna.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à conselho de administração ou da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2017, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB ALIANÇA aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados. Dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017 a ouvidoria do SICOOB registrou 18 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo SICOOB ALIANÇA. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 18 reclamações, 11 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.  
APUCARANA, 09 de Fevereiro de 2018.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ALIANÇA  
SICOOB ALIANÇA

## BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores expressos em milhares de Reais

A T I V O 31/12/2017 31/12/2016

Circulante 202.560 189.099

Disponibilidades 1.440 1.428

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 4.335 -

Relações Interfinanceiras (Nota 4) 109.783 96.163

Operações de Crédito (Nota 5) 82.320 89.378

Operações de crédito 89.251 97.635

(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (6.931) (8.257)

Outros Créditos (Nota 6) 2.581 1.786

Créditos por Avisos e Fianças Honrados 91 72

Rendas a Receber 694 1.184

Diversos 2.426 796

(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (630) (266)

Outros Valores e Bens (Nota 7) 2.101 344

Bens não de uso próprio 2.849 770

(Provisões para desvalorizações) (784) (453)

Despesas Antecipadas 36 27

Não Circulante 23.244 22.993

Realizável a Longo Prazo

Operações de Crédito (Nota 5) 23.244 22.993

Operações de crédito 24.379 23.108

(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (1.135) (115)

Permanente 7.520 6.658

Investimentos (Nota 8) 5.392 4.604

Imobilizado em Uso (Nota 9) 2.010 1.750

Intangível (Nota 10) 118 304

TOTAL DO ATIVO 233.324 218.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

P A S S I V O E P A T R I M Ó N I O L Í Q U I D O 31/12/2017 31/12/2016

Circulante 185.078 180.333

Depósitos (Nota 11) 169.705 159.133

Depósitos a vista 36.311 31.821

Depósitos a prazo 133.394 127.312

Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 12) 2.740 -

Relações Interfinanceiras (Nota 13) 6.740 13.719

Relações Interdependências (Nota 14) 899 3.185

Outras Obrigações (Nota 15) 4.994 4.296

Cobrança e arrecadação de Tributos e Assemelhados 32 27

Sociais e Estatutárias (Nota 15.1) 1.382 1.048

Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2) 303 359

Diversas (Nota 15.3) 3.277 2.862

Exigível a Longo Prazo 6.205 3.628

Relações Interfinanceiras (Nota 13) 6.051 3.403

Relações Interfinanceiras 6.051 3.403

Outras Obrigações 154 225

Diversas (Nota 15.3) 154 225

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17) 42.041 34.789

Capital Social 25.953 23.663

Reserva de Lucros 12.564 9.755

Sobras do Exercício 3.524 1.371

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 233.324 218.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OSNEI JOSÉ SIMÕES SANTOS  
Conselho de AdministraçãoJOSÉ BERNARDINO SEIXAS  
Diretor Superintendente

COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA  
SICOOB ALIANÇA

## DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIPÇÃO DAS CONTAS	Valores expressos em milhares de Reais		
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (Nota 19)</b>	<b>14.921</b>	<b>29.938</b>	<b>30.820</b>
Operações de Crédito	14.792	29.806	30.820
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários	129	132	-
<b>Despesas (Despêndios) da Intermediação Financeira (Nota 20)</b>	<b>(9.281)</b>	<b>(20.857)</b>	<b>(25.223)</b>
Operações de captação no mercado	(5.341)	(12.614)	(16.159)
Operações de empréstimos e repasses	(476)	(1.100)	(1.341)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.465)	(7.143)	(7.723)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>5.640</b>	<b>9.081</b>	<b>5.597</b>
<b>Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Despêndios) Operacionais</b>	<b>(370)</b>	<b>(88)</b>	<b>433</b>
Receitas/Ingressos de Prestação de Serviços	2.034	4.087	3.782
Rendas/Ingressos de Tarifas Bancárias	1.946	3.852	3.462
Despesas/Despêndios de Pessoal (Nota 21)	(4.067)	(7.908)	(7.083)
Outras Despesas/Despêndios Administrativas (nota 22)	(4.612)	(9.519)	(9.742)
Despesas/Despêndios Tributárias	(77)	(141)	(112)
Outras Receitas/Ingressos Operacionais (nota 23)	1.008	1.384	1.084
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.455	10.056	10.949
Outras Despesas/Despêndios Operacionais (nota 24)	(1.057)	(1.899)	(1.907)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>5.270</b>	<b>8.993</b>	<b>6.030</b>
<b>Resultado Não Operacional (Nota 26)</b>	<b>1.010</b>	<b>(103)</b>	<b>(362)</b>
<b>Resultado Antes das Destinações</b>	<b>6.280</b>	<b>8.890</b>	<b>5.668</b>
<b>Participações Estatutárias nas Sobras</b>	<b>(4.040)</b>	<b>(5.366)</b>	<b>(4.297)</b>
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(320)	(320)	(125)
Fates - Ato não cooperativo (nota 18)	(141)	(141)	(296)
Reserva de Lucros	(2.563)	(2.563)	(997)
Juros ao capital (nota 25)	(1.016)	(2.342)	(2.879)
<b>Cobras/Perdas Líquido</b>	<b>2.240</b>	<b>3.524</b>	<b>1.371</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA  
SICOOB ALIANÇA

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Eventos	Valores expressos em milhares de Reais			
	Capital Subscrito	Reservas de Sobra:	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>19.839</b>	<b>(77)</b>	<b>8.171</b>	<b>2.587</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Crédito de conta corrente	-	-	(461)	(461)
Constituição de Reservas	-	567	(567)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-
Ao Capital	1.537	-	-	(1.537)
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	(2)	(2)
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.358	4	-	1.362
Por Devolução (-)	(1.783)	-	-	(1.783)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				
Provísio de Juros ao Capital (Nota 25)	-	-	5.668	5.668
Subscrição de Juros ao Capital	2.847	-	(2.879)	(2.879)
IRRF sobre Juros ao Capital	(62)	-	-	(62)
FATES - Juros Não Cooperativos	-	-	(296)	(296)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				
. Fundo de Reserva	-	-	997	(997)
. FATES	-	-	(125)	(125)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>23.736</b>	<b>(73)</b>	<b>9.795</b>	<b>1.371</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Crédito em conta corrente	-	-	(247)	(247)
Ao Capital	876	-	(876)	-
Constituição de Reservas	-	246	(246)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	(2)	(2)
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.476	(42)	-	1.434
Por Devolução (-)	(2.296)	-	-	(2.296)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				
Provísio de Juros ao Capital (Nota 25)	-	-	8.890	8.890
Subscrição de Juros ao Capital	2.313	-	(2.342)	(2.342)
IRRF sobre Juros ao Capital	(37)	-	-	(37)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(141)	(141)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				
. Fundo de Reserva	-	-	2.563	(2.563)
. FATES	-	-	(320)	(320)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>26.068</b>	<b>(115)</b>	<b>12.564</b>	<b>3.524</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>23.872</b>	<b>(90)</b>	<b>10.001</b>	<b>1.284</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>23.872</b>	<b>(90)</b>	<b>10.001</b>	<b>1.284</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Por Subscrição/Realização	829	(25)	-	804
Por Devolução (-)	(909)	-	-	(909)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				
Provísio de Juros ao Capital (Nota 25)	-	-	6.280	6.280
Subscrição de Juros ao Capital	2.313	-	(1.016)	(1.016)
IRRF sobre Juros ao Capital	(37)	-	-	(37)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	(141)	(141)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				
. Fundo de Reserva	-	-	2.563	(2.563)
. FATES	-	-	(320)	(320)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>26.068</b>	<b>(115)</b>	<b>12.564</b>	<b>3.524</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA  
SICOOB ALIANÇA  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIPÇÃO	2º Semestre 2017			31/12/2017	31/12/2016
	6.280	8.800	6.668		
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>6.280</b>	<b>8.800</b>	<b>6.668</b>		
<b>Ajustes por:</b>	<b>(1.138)</b>	<b>(2.089)</b>	<b>1.558</b>		
Provísio para Operações de Crédito	(308)	(306)	3.887		
Provísio de Juros ao Capital	(1.016)	(2.342)	(2.879)		
Baixa de Imobilizado	3	3	550		
Desprivilégios / Amortizações	273	550	550		
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>	<b>(5.159)</b>	<b>227</b>	<b>(4.140)</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.264)	(4.335)	-		
Operações de Crédito	(2.099)	7.113	(3.674)		
Outros Créditos	(853)	(794)	(554)		
Outros Valores e Bens	(143)	(1.757)	88		
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>	<b>6.245</b>	<b>7.320</b>	<b>19.230</b>		
Depósitos a vista	2.509	4.489	2.783		
Depósitos sob Aviso	2	(72)	(54)		
Depósitos a Prazo	-	6.154	19.369		
Operações de Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.740)	2.090	-		
Outras Obrigações	(405)	626	(417)		
Relações Interdependências	899	(2.286)	(3.004)		
Relações Interfinanceiras	1.005	(4.331)	550		
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>6.228</b>	<b>14.348</b>	<b>22.316</b>		
<b>Atividades de Investimentos</b>					
Alienação de Investimento	(788)	(788)	(2)		
Aquisição de Imobilizações de Uso	(254)	(631)	(600)		
Aplicação no Intangível	-	-	(53)		
Imobilizações em curso	7	(2)	-		
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(1.035)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(655)</b>		
<b>Atividades de Financiamentos</b>					
Aumento por novos aportes de Capital	804	1.434	1.362		
Devolução de Capital à Cooperados	(909)	(2.296)	(1.783)		
Estorno de Capital	-	-	-		
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	(2)	(2)		
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(247)	(461)		
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(141)	(141)	(296)		
FATES - Destinação LEGAL	(320)	(320)	(125)		
Sobras e Perdas do Exercício	-	-	-		
Utilização / Abatimento de despesas com FATES	-	-	-		
Juros ao Capital a Pagar Ex-associados	2.313	2.313	2.847		
Subscrição de Juros ao Capital	(37)	(37)	(62)		
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-		
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.710</b>	<b>704</b>	<b>1.480</b>		
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>6.003</b>	<b>13.631</b>	<b>23.141</b>		
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>					
No Início do Período	104.319	97.591	74.450		
No Fim do Período	111.222	111.222	97.591		
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>6.903</b>	<b>13.631</b>	<b>23.141</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

## COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA - SICOOB ALIANÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 30/03/2004, filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Crédicias, pela Lei nº 5.764/1971, que define o Político Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB ALIANÇA possui 9 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: JANDAIA DO SUL - PR, IVAIPORÁ - PR, APUCARANA - PR, TELÉMACO BORBA - PR, IBAITI - PR, RESERVA - PR, SIQUEIRA CAMPOS - PR

O SICOOB ALIANÇA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através de mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional do seu associado, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mutua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentro das suas competências:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/02/2016.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

## a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os despendos/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

Os despendos e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

## b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

## d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, reificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estableceram os critérios para classificação das operações de crédito definidas regras para constituição da provisão para operações de crédito, que as establece nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juiz, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

## g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB e ações do Banco, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

## h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

## i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

## j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

## k) Obrigações por empréstimos e repasses

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas quando tem como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída futura de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	109.783	98.163
<b>TOTAL</b>	<b>109.783</b>	<b>98.163</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOP CENTRAL UNICOOP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4/34/20115.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- Posuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100,16% (2016 – 90,43% do CD) e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saúdo médio dos seus depósitos junto ao Sicoop Central Unicoop. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 10.056 (2016 - R\$ 10.949), respectivamente, registrada no grupo "Ingresso de Depósitos Interfinanceiros" da demonstração das sobras ou perdas.

#### 5. Operações de crédito

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	604		604	778		778
Empreendimentos	58.049	20.363	78.412	76.253		76.253
Títulos Descontados	19.185		19.185	22.177		22.177
Financiamentos	740		740	1.482		1.482
Financiamentos Rurais e Agrícolas	10.784	3.251	14.015	18.632		18.632
c) Provisão para Operações de Crédito	(6.931)	(1.135)	(8.066)	(8.372)		(8.372)
<b>TOTAL</b>	<b>82.320</b>	<b>23.244</b>	<b>105.564</b>	<b>112.371</b>		<b>112.371</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Período	Empreendimentos	A-3 Créditos Financeiros Garantidos	Financiamentos	Financiamentos Rurais e Agrícolas	Provisão para Operações de Crédito	Total
A - Normal	6.177	-	-	-	6.177	4.320
A - 0,50%	26.184	232	230	8.900	35.308	(178) (449) (240)
B - 1%	24.938	1.321	775	2.794	36.917	(305) 35.115 (351)
B - 1% - Vencidos	412	5	-	401	818	(81) 2.098 (21)
C - 3%	26.278	1.094	201	1.685	339	23.937 (886) 16.471 (494)
C - 3% - Vencidos	552	16	-	244	812	(24) 1.939 (80)
D - 10% - Recup.	2.408	227	153	-	2.942	(3.403) (254) 1.320 (152)
D - 10% - Recup. - Vencidos	386	12	-	-	410	(41) 385 (39)
E - 30% - Normal	1.487	5	-	12	1.504	(451) 3.439 (1.926)
E - 30% - Vencidos	329	25	-	3	326	(1) (280) (280)
F - 50%	39	20	-	-	59	(30) 91 (41)
G - 70%	145	5	-	2	152	(76) 801 (491)
H - 100% - Normal	217	42	-	-	258	(181) 92 (57)
H - 100% - Vencidos	184	20	-	-	204	(143) 434 (432)
H - 100% - Vencidos - Vencidos	217	21	-	-	252	(146) 354 (352)
H - 100% - Vencidos - Vencidos - Vencidos	4.060	160	129	8	4.740	(2.491) 5.059 (3.290)
Total Normal	86.145	3.158	13.361	1.261	92.284	(2.951) 110.872 (3.842)
Total Vencidos	6.960	251	123	633	9.174	(2.707) (2.528) 9.942 (4.467)
Total Recup.	8.725	4.449	3.040	1.046	13.855	(8.199) 16.906 (8.420)
Provisão	15.534	(155)	(148)	(148)	15.534	(1.556) 17.476 (1.429)
<b>TOTAL</b>	<b>87.481</b>	<b>2.898</b>	<b>1.326</b>	<b>13.898</b>	<b>1.222</b>	<b>13.798</b>

(\*) A diferença de R\$ 1.355 (2016 R\$ 71) se refere a avais e fianças prestadas pela instituição e bens não de uso que a cooperativa efetuou a venda parcialmente, não constituidos por direito, onde a instituição se torna responsável perante os terceiros pelos avais e fianças prestados. Essas operações possuem provisões de crédito no valor de R\$ 133 (2016 R\$ 57).

##### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Ato 90	De 91 a 360	Aosma de 360	Total
Adiantamento a Depositante	504	-	-	504
Crédito especial e Conta Garantida	2.904	-	-	2.904
Títulos Descontados	15.534	36.742	20.303	75.599
Financiamentos	284	465	733	1.482
Financiamentos Rurais	1.910	8.854	3.251	14.015
<b>TOTAL</b>	<b>42.569</b>	<b>46.682</b>	<b>24.379</b>	<b>113.630</b>

(\*) não contempla provisão de R\$ (8.066)

##### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(8.372)	(4.485)
Constituições	(101.365)	69.257
Provisão	95	61.558
Transferência para prejuízo	6.409	3.512
<b>TOTAL</b>	<b>(8.066)</b>	<b>(8.372)</b>

##### f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carência Total	31/12/2016	% Carência Total
Maior Devedor	3.356	3%	3.336	3%
10 Maiores Devedores	19.119	17%	21.782	18%
60 Maiores Devedores	48.817	43%	50.059	41%
<b>TOTAL</b>	<b>(8.066)</b>	<b>(8.372)</b>		

#### g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	8.000	6.164
Valor das operações transferidas no período	7.792	3.743
Valor das operações recuperadas no período	(2.050)	(20)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(212)	(20)
<b>TOTAL</b>	<b>13.499</b>	<b>8.999</b>

#### h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 5.601, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

#### i) Outros créditos

Valores referentes as imponções devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Aval e fianças honorários	31	12
Rendas e Receber	694	1.184
Diversos (a)	2.426	796
c) Provisão para Outros Créditos (b)	(60)	(200)
<b>TOTAL</b>	<b>2.531</b>	<b>1.786</b>

(a) Referente a adiantamentos e antecipações de R\$ 200,00 e R\$ 100,00.

(b) A provisão para outros créditos é calculada com base em contas passíveis segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COAF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Circular CMN nº 2.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(c) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio.

(d) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa disponibilizou por depósito a título de pagamento de despesas com pessoal e de benefícios, R\$ 1.000,00 cada integrante.

(e) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(f) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(g) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(h) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(i) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(j) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(l) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(m) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(n) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(o) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(p) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(q) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(r) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(s) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(t) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(u) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(v) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(w) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(x) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(y) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(z) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(aa) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(bb) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(cc) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(dd) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(ee) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(ff) Referente a aquisição de imóveis e bens de uso próprio, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Despesas de Pessoal - Proventos	(3.659)	(3.493)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6)	(1)
Despesas de Administração de Estabelecimentos	(50)	(49)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.908)</b>	<b>(7.983)</b>

## 22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de Água, Energia e Gás	(155)	(163)
Despesas de Aluguel	(705)	(602)
Despesas de Manutenções	(145)	(444)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(124)	(97)
Despesas de Material	(148)	(112)
Despesas de Processamento de Dados	(881)	(437)
Despesas de Propaganda e Relações Públicas	(39)	(27)
Despesas de Propaganda Pukuloteca	(103)	(78)
Despesas de Seguros	(9)	(2)
Despesas de Terceiros	(89)	(22)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.946)	(2.975)
Despesas de Serviços de Terceiros	(104)	(54)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(491)	(678)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(275)	(217)
Despesas de Transporte	(849)	(926)
Despesas de Imprensa	(10)	(17)
Outras Despesas Administrativas	(1.870)	(1.740)
Despesas de Amortização	(150)	(182)
Despesas de Depreciação	(406)	(368)
<b>TOTAL</b>	<b>(9.519)</b>	<b>(9.743)</b>

## 23. Outras Receitas/(despesas) Operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	(426)	(557)
Rendas Juros - Cartão De Crédito	(298)	(202)
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	(34)	(45)
Crédito Rendas - Faturamento	(118)	(29)
Crédito Rendas - Faturamento	(26)	(47)
Rendas Interbancário - Cartão De Crédito	(84)	(80)
Rendas Interbancário - Cartão De Débito	(85)	(65)
Receita Volume Financeiro - REDE	(6)	(3)
Outras Rendas Operacionais	(60)	(69)
<b>TOTAL</b>	<b>1.334</b>	<b>1.884</b>

## 24. Outros despesas/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Péndas - Práticas Inadequadas	(2)	(1)
Perdas - Faturamento	(2)	(2)
Despesas Comerciais - Operações de Crédito	(65)	(20)
Bonificação De Seguro Prêmista	(8)	(8)
Contributione Do Fundo Comunitário Do Depósito	(261)	(277)
Multa e Juros diversos	(4)	(11)
Passivo Fazenda Pública	(31)	(30)
Despesas Comerciais - Operações de Crédito - Proper Equalizado	(1)	(1)
Outras Despesas Operacionais	-	(3)
Estorno Juros Mais - Operações de Crédito - Recebida e Repassadas	-	(7)
Contribuição De Fazenda - Projeto De Desenvolvimento Sicoob	(20)	(20)
Contributione - Taxas Permanentes	(480)	(383)
Fundo De Desenvolvimento	(296)	(296)
Descontos Comerciais - Operações de Crédito - CPR RPL	(50)	(388)
Tarifa Recibimento Convenio - CRA S Cartões	(3)	-
Contribuição De Fundo Recursamento Fraudes Externas	(8)	(5)
Contribuição De Fundo Recursamento Perdas Operacionais	(6)	(3)
Contributione De Fazenda - Informação	(194)	(205)
Outras Contribuições Diversas (Outras Despesas Operacionais)	(469)	(469)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.229)</b>	<b>(1.207)</b>

## 25. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedecem à Lei Complementar 130, artigo 7º de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 26. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	331	-
Ganho de Capital	10	5
Reversão de Reservas não Operacionais	632	-
Outras Reservas não Operacionais	106	15
(J) Projetos em Transações com Valores e Bens	(149)	-
c) Despesas de Provisões não Operacionais	(564)	(381)
c) Outras Despesas não Operacionais	(89)	(4)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(163)</b>	<b>(362)</b>

## 27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das operações ativas (carteira de crédito)	% em relação à carteira total
581	0,56
Montante das operações passivas (aplicações financeiras)	% em relação à carteira total
2.261	1,77%

O valor de R\$ 581 refere-se a operações de empréstimo e crédito rural concedidas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, somado ao saldo de adiantamento a depositante e utilização de cheque especial e conta garantida em 31/12/2017.

O valor de R\$ 2.261 refere-se a recursos de depósito a prazo aplicados no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCL	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial e conta garantida	63	6	0,06%
Adiantamento a depositantes	-	-	0,00%
Crédito rural	335	3	0,29%
Emprestimos e financiamentos	2.458	43	2,16%
Títulos descontados	796	4	0,70%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Total de Coobrigações:	
Coobrigações	256

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados as partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MUNICIAIS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	1.086
Encargos Sociais	205

## 28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB ALIANÇA - SICOOB ALIANÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOB - SICOOB CENTRAL UNICOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOB, é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, por conhecimento do seu objetivo.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOB a coordenação das atividades das suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implementação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ALIANÇA responde solidariamente pelas obrigações contidas pelo SICOOB CENTRAL UNICOB perante terceiros, até o limite do valor das suas partes do capital que subverem, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Salvo das transações de cooperativa com o SICOOB CENTRAL UNICOB:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	115.174	109.767
Despesas do Financeiro	100.222	98.133
Investimentos	5.392	4.654
Passivo	-	-
Outras operações e Reservas	-	-

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL UNICOB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 25 de janeiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essa demonstração contábeis.

## 29. Gerenciamento de Risco

## 29.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederado, emitindo recomendação para prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades filiadas.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWA) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento a Resolução CMN 3.360/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## 29.2 Risco de Mercado e Líquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Sicoob Aliança objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de perda de capital para o risco de liquidez, por meio das bases práticas de gestão de riscos.

Conforme preceituado o artigo 9º da Resolução CMN nº 4.721/2009, o Sicoob Aliança aderiu à estrutura única de gestão do risco do Sicoob, centralizada na Sicoob Confederado (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Banco S.A.), qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análise de risco de crédito, de classificação de risco de crédito e de liquidez, limites de risco de crédito, de classificação de risco de liquidez, limites de risco de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

No entanto, o gerenciamento do risco de liquidez da Sicoob Aliança possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito.

## 29.3 Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Sicoob Aliança objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação do impacto das operações do capital das entidades do Sicoob.

Conforme preceituado o artigo 9º da Resolução CMN nº 4.721/2009, o Sicoob Aliança aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito, de classificação de risco de crédito e de liquidez, limites de risco de crédito, de classificação de risco de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a adequação dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos da auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ALIANÇA - SICOOB ALIANÇA

Apucarana/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança - Sicoob Aliança, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança - Sicoob Aliança em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de levar o Relatório da Administração e, se for o caso, considerar o risco relevante, de forma relevante, incompatível com as demonstrações contábeis ou com a nossa compreensão sobre elas. A auditoria de forma relevante, de forma relevante, é aquela que está distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos a intenção de relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Banco Central) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e-mail relatório de auditoria.

• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos e, conseqüentemente, falsificação, omission ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos da auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa